



# CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ/MF nº 10.965.693/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Quotistas:** A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., cumprindo as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**AVISO: 1.)** As Demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2.)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/> - Jornal "O Estado de S. Paulo"/Estadão RI - Edição de 01 de maio de 2026.

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>					<b>Passivo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	523	53.631	27.068	58.094	Fornecedores	58.284	54.084	88.753	81.027
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	435.775	333.866	435.471	336.199	Empréstimos e financiamentos	4.223	92.280	6.361	92.343
Contas a receber	124.840	113.527	201.237	236.079	Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	-	12.861	-	12.861
Estoques	2.646	3.447	6.955	4.910	Arrendamentos a pagar por direito de uso	2.836	82	30.176	9.418
Ativos de frota disponibilizados para venda	52.934	30.554	52.934	30.554	Obrigações sociais e trabalhistas	43.472	42.030	62.665	55.091
Tributos a recuperar	13.151	16.800	30.129	23.141	Tributos a recolher	23.422	37.078	47.079	46.447
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	40.044	49.555	83.901	64.952	Imposto de renda e contribuição social a recolher	7	-	1.032	-
Dividendos a receber	581	163	435	163	Adiantamentos de clientes	28.771	9.719	55.913	29.724
Partes relacionadas	263	13.273	263	13.297	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	44.220	-	44.398	-
Despesas antecipadas	3.410	2.483	3.713	2.852	Outras contas a pagar	6.690	10.501	10.327	10.823
Adiantamento de terceiros	5.509	4.734	12.670	15.007		<b>211.925</b>	<b>258.635</b>	<b>346.704</b>	<b>337.734</b>
Outros créditos	20.838	23.117	19.811	23.455					
	<b>700.514</b>	<b>644.950</b>	<b>874.587</b>	<b>808.703</b>	<b>Passivo não circulante</b>				
<b>Ativo não circulante</b>					Empréstimos e financiamentos	255.770	178.000	327.281	201.285
Instrumentos financeiros derivativos	791	27.222	791	27.222	Arrendamentos a pagar por direito de uso	12.698	4.294	64.164	90.763
Contas a receber	178.465	214.775	297.390	214.776	Instrumentos financeiros derivativos	32.699	44.719	32.699	44.719
Tributos a recuperar	5.526	11.826	6.319	11.826	Obrigações sociais e trabalhistas	607	879	1.130	885
Partes relacionadas	843	121.901	843	121.901	Provisão para demandas judiciais e administrativas	5.255	9.343	5.284	9.343
Depósitos judiciais	3.480	6.351	3.513	6.359	Imposto de renda e contribuição social diferidos	73.998	83.545	109.948	96.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.896	-	Partes relacionadas	109.210	106.025	109.210	106.025
Outros créditos	4.213	281	4.213	281	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>490.237</b>	<b>426.805</b>	<b>649.716</b>	<b>549.764</b>
Investimentos	94.602	78.555	41.134	39.465	<b>Total do passivo</b>	<b>702.162</b>	<b>685.440</b>	<b>996.420</b>	<b>887.498</b>
Imobilizado	476.129	460.487	552.210	554.630	<b>Patrimônio líquido</b>				
Intangível	2.959	3.413	30.146	21.786	Capital social	667.304	830.789	667.304	830.789
	<b>767.008</b>	<b>924.811</b>	<b>938.455</b>	<b>998.246</b>	Reservas de capital	1.847	1.196	1.847	1.196
<b>Total do ativo</b>	<b>1.467.522</b>	<b>1.569.761</b>	<b>1.813.042</b>	<b>1.806.949</b>	Reservas de lucros	95.056	51.422	95.056	51.422
					Avaliação Patrimonial	1.153	914	1.153	914
					<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>765.360</b>	<b>884.321</b>	<b>765.360</b>	<b>884.321</b>
					Participação de não controladores	-	-	51.262	35.130
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>765.360</b>	<b>884.321</b>	<b>816.622</b>	<b>919.451</b>
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.467.522</b>	<b>1.569.761</b>	<b>1.813.042</b>	<b>1.806.949</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados</b>	<b>586.116</b>	<b>522.238</b>	<b>1.030.532</b>	<b>788.348</b>
Custo de venda, locação e prestação de serviços	(339.278)	(361.382)	(597.325)	(529.114)
Custo de contratos de concessão e parcerias público-privadas	-	-	(81.724)	(21.760)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(125.735)	(80.394)	(125.735)	(80.394)
<b>Total do custo de venda, locação, prestação de serviços, venda de ativos desmobilizados e contratos de concessão</b>	<b>(465.013)</b>	<b>(441.776)</b>	<b>(804.784)</b>	<b>(631.268)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>121.103</b>	<b>80.462</b>	<b>225.748</b>	<b>157.080</b>
Despesas comerciais	(4.200)	(5.534)	(4.399)	(5.598)
Despesas administrativas	(26.799)	(23.740)	(64.372)	(46.485)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(1.595)	2.225	(1.595)	2.225
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.927)	31.647	(876)	31.639
Resultado de equivalência patrimonial	30.203	22.475	12.563	8.068
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>116.785</b>	<b>107.535</b>	<b>167.069</b>	<b>146.929</b>
Receitas financeiras	80.458	40.234	85.316	43.348
Despesas financeiras	(86.862)	(54.189)	(102.221)	(61.302)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>110.561</b>	<b>93.580</b>	<b>150.164</b>	<b>128.975</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(17.882)	(5.108)	(20.286)	(8.856)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	2.978	(8.907)	(14.095)	(22.106)
<b>Total do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(14.904)</b>	<b>(14.015)</b>	<b>(34.381)</b>	<b>(30.962)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>95.657</b>	<b>79.565</b>	<b>115.783</b>	<b>98.013</b>
<b>Atribuído aos:</b>				
Acionistas controladores	-	-	95.657	79.565
Acionistas não controladores	-	-	20.126	18.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>95.657</b>	<b>79.565</b>	<b>115.783</b>	<b>98.013</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>95.657</b>	<b>79.565</b>	<b>115.783</b>	<b>98.013</b>
<b>Atribuído aos:</b>				
Acionistas controladores	-	-	95.657	79.565
Acionistas não controladores	-	-	20.126	18.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>675.714</b>	<b>1.196</b>	<b>99.536</b>	<b>-</b>	<b>3.225</b>	<b>779.671</b>	<b>4.009</b>	<b>783.680</b>
Aporte de capital	155.075	-	-	-	-	155.075	-	155.075
Lucro líquido do exercício	-	-	-	79.565	-	79.565	18.448	98.013
Distribuição de dividendos	-	-	(99.252)	-	-	(99.252)	-	(99.252)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	(29.500)	-	(29.500)	-	(29.500)
Retenção de lucros	-	-	50.065	(50.065)	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	1.073	-	(1.073)	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	(1.238)	(1,238)	(1,238)	-	(1,238)
<b>Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas</b>	<b>155.075</b>	<b>-</b>	<b>(48.114)</b>	<b>-</b>	<b>(2.311)</b>	<b>104.650</b>	<b>18.448</b>	<b>123.098</b>
Alteração de participações em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	12.673	12.673
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>830.789</b>	<b>1.196</b>	<b>51.422</b>	<b>-</b>	<b>914</b>	<b>884.321</b>	<b>35.130</b>	<b>919.451</b>
Acervo cindido decorrente de reestruturação societária	(163.485)	447	-	-	-	(163.038)	-	(163.038)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	95.657	-	95.657	20.126	115.783
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	(52.023)	-	(52.023)	(4.029)	(56.052)
Retenção de lucros	-	-	43.634	(43.634)	-	-	-	-
Ganho no aumento de participação de controladas	-	204	-	-	-	204	-	204
Outras movimentações	-	-	-	-	239	239	35	274
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>667.304</b>	<b>1.847</b>	<b>95.056</b>	<b>-</b>	<b>1.153</b>	<b>765.360</b>	<b>51.262</b>	<b>816.622</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Companhia" e/ou "CS Brasil Transportes") é uma Companhia limitada controlada direta da CS Holding e Locação S.A. ("CS Holding"), que por sua vez é controlada direta da Simpar. A sede da Companhia é na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos. A Companhia é uma controlada indireta da Simpar S.A. ("Grupo Simpar") que possui 100% das cotas. A CS Brasil Transportes possui contratos de concessão para operação de transporte de passageiros através da controlada em conjunto BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A. ("BRT Sorocaba Concessionárias"). O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 13 de junho de 2022, a Companhia venceu a proposta apresentada pelo Consórcio CS Mobi Cuiabá e, em 20 de dezembro de 2022, foi assinado o contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A partir de então foi criada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Cuiabá"). A concessão possui prazo de 30 anos e deu início a operação no primeiro trimestre de 2024. Em 07 de fevereiro de 2024, por meio de sua controlada Ciclus Amazônia S.A. ("Ciclus Amazônia"), constituída em 24 de janeiro de 2024, foi assinado contrato de concessão para prestação de serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no município de Belém, conforme detalhado na nota explicativa 1.2.c. **1.1 Acontecimento relevantes do exercício: 1.1.1 Cisão parcial da CS Brasil Transportes com incorporação pela CS Holding:** Em 30 de setembro de 2025, foi aprovada pela Administração a cisão parcial de ativos e passivos da CS Brasil Transportes, incorporados por sua controladora CS Holding, com acervo líquido contábil de R\$ 163.485. Entre os saldos cindidos, destacam-se saldos de transações com a Simpar S.A., controladora do Grupo Simpar e ativos imobilizados.

O acervo líquido contábil para fins de cisão foi avaliado por empresa especializada com data-base em 31 de agosto de 2025 e resultou na seguinte movimentação:

	Saldo antes da cisão	Acervo cindido	Saldo pós-cisão
Caixa e equivalentes de caixa	1.774	-	1.774
Títulos e valores mobiliários	395.216	-	395.216
Contas a receber	137.153	-	137.153
Estoques	3.112	-	3.112
Ativos de frota disponibilizados para venda	79.566	-	79.566
Tributos a recuperar	20.105	-	20.105
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	48.335	-	48.335
Despesas antecipadas	8.545	-	8.545
Dividendos a receber	435	-	435
Partes relacionadas	13.273	13.009	263
Adiantamentos a terceiros	3.681	-	3.681
Outros créditos	9.552	-	9.552
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>720.745</b>	<b>13.009</b>	<b>707.736</b>
Instrumentos financeiros derivativos	8.717	-	8.717
Contas a receber	195.276	-	195.276
Tributos a recuperar Longo Prazo	8.326	-	8.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	254	-	254
Partes relacionadas	136.069	132.190	3.879
Depósitos judiciais	5.470	-	5.470
Outros créditos	3.510	-	3.510
Investimentos	80.631	-	80.631
Imobilizado líquido	496.296	25.069	471.227
Direito de uso	22.003	-	22.003
Intangível	3.119	-	3.119
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>959.671</b>	<b>157.259</b>	<b>802.412</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.680.416</b>	<b>170.269</b>	<b>1.510.148</b>

continua \*

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.  
Em Exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo antes da cisão	Acervo cindido	Saldo pós-cisão
Fornecedores	75.170	-	75.170
Empréstimos e financiamentos	88.173	-	88.173
Arrendamento por direito de uso	3.915	-	3.915
Obrigações sociais e trabalhistas	46.722	146	46.766
Tributos a recolher	19.218	-	19.218
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12.328	-	12.328
Adiantamento de clientes	10.912	-	10.912
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.619	-	18.619
Outras contas a pagar	5.653	-	5.653
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>280.711</b>	<b>146</b>	<b>280.565</b>
Empréstimos e financiamentos	243.782	-	243.782
Arrendamento por direito de uso	13.764	-	13.764
Obrigações sociais e trabalhistas	485	-	485
Instrumentos financeiros derivativos	30.664	-	30.664
Provisão para demandas judiciais e administrativas	8.294	-	8.294
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.718	6.638	74.080
Partes relacionadas	105.827	-	105.827
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>483.535</b>	<b>6.638</b>	<b>476.897</b>
Capital social	830.789	163.485	667.304
Reserva de capital	1.401	-	1.401
Lucros acumulados	81.991	-	81.991
Avaliação patrimonial	1.990	-	1.990
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>916.171</b>	<b>163.485</b>	<b>752.686</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.680.416</b>	<b>170.269</b>	<b>1.510.148</b>

Os efeitos das movimentações entre a data do laudo e a data da cisão parcial estão contabilizados como reservas de capital e estão demonstradas nas Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido. **1.2 Relação de participação em entidades controladas e controlada em conjunto:** As participações percentuais da Companhia em sua controlada em conjunto e consórcio no exercício de ano de 2025 são as seguintes:

Razão social	País sede	Atividade operacional	31/12/2025		31/12/2024	
			Participação direta %	Participação indireta %	Participação direta %	Participação indireta %
BRT Sorocaba		Transporte municipal				
Concessionárias (a)	Brasil	de passageiros	50,00	-	49,75	-
Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. (b)	Brasil	Revitalização, implementação, gestão e operação de mobiliário urbano	75,00	-	75,00	-
Ciclus Amazônia S.A. (c)	Brasil	Serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	45,00	-	45,00	-

**a) BRT Sorocaba Concessionárias:** O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A. ("BRT Sorocaba") é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou sua participação no BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75%, mas não possui o controle. Em maio de 2025, em decorrência de redução de capital no montante de R\$ 12.000 e saída de acionistas, a Companhia passou a deter 50% de participação. **b) Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Mobi Cuiabá"):** Em 20 de dezembro de 2022, foi assinado contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A CS Brasil possui 75% de participação na sociedade. A CS Mobi Cuiabá deu início a suas operações em fevereiro de 2024. **c) Concessionária Ciclus Amazônia S.A. ("Ciclus Amazônia"):** Em 24 de janeiro de 2024, foi constituída a Concessionária Ciclus Amazônia S.A. tendo a CS Brasil como acionista controlador com 45% de participação e aporte de R\$ 10.370, visto que é a responsável pela gestão e tomada de decisões operacionais do negócio. Os acionistas não controladores realizaram aporte de R\$ 12.673 por 55% de participação. Em 07 de fevereiro de 2024, foi assinado o contrato de concessão 01/2024/PMB, junto à Prefeitura Municipal de Belém, para serviços públicos especializados de manejo de resíduos sólido, serviços de limpeza urbana das principais avenidas e pontos turísticos do município. O contrato possui prazo de concessão de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação, condicionada a razões de interesse público a serem fundamentadas. A Ciclus Amazônia deu início às suas operações em 15 de abril de 2024. **1.3 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** As empresas da SIMPAR possuem a Política de Gerenciamento de Riscos, que contempla os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos corporativos e mantém uma Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, responsável por liderar o trabalho de monitoramento dos riscos com o objetivo de identificar, mitigar e prevenir riscos estratégicos, operacionais, de imagem, socioambiental e de conformidade, bem como orientar os colaboradores e terceiros sobre as normas internas da Companhia. As empresas da SIMPAR operam com foco no desenvolvimento sustentável e com soluções que endereçam ou reduzem os impactos negativos das suas operações. Este monitoramento ocorre pela elaboração, divulgação e assecuração por terceira parte de seus inventários de emissões de GEE, que engloba os escopos 1, 2 e 3. O reporte é continuamente aprimorado para monitorar e gerenciar as emissões e adotar medidas mais adequadas. Desde 2022, a SIMPAR possui uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação diante do cenário de mudanças climáticas. A Companhia adota uma Matriz de Riscos Climáticos que considera impactos financeiros e a probabilidade de ocorrência de eventos relacionados ao clima. A Matriz da SIMPAR considera tanto, riscos físicos crônicos - como as mudanças nos padrões de precipitação e a variabilidade climática - quanto riscos físicos agudos - que incluem eventos extremos como ciclones e inundações. A SIMPAR possui meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. A intensidade leva em consideração as emissões e receita líquida em milhões de reais das empresas da SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta, têm reporte trimestral ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo SIMPAR dos indicadores estratégicos. O tema de mudanças climáticas faz parte dos pilares estratégicos de sustentabilidade do Grupo. Conseqüentemente, a CS Brasil renova anualmente sua frota, com a aquisição de veículos que atendam aos mais atuais requisitos ambientais. Os efeitos da renovação da frota estão demonstrados na nota explicativa 11. **1.4 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O novo modelo tem como principais pilares a não cumulatividade plena, o amplo direito à apropriação de créditos, a tributação no destino e a ampliação da base de incidência, prevendo a substituição gradual dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre Estados e Municípios. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da lei complementar. A regulamentação inicial da reforma foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214 de 2025, que dispõe sobre aspectos gerais de incidência, apuração e creditamento da CBS e do IBS, bem como pela Lei Complementar nº 227, publicada em janeiro de 2026, que regulamentou a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual. A partir de 1º de janeiro de 2026, a CBS e o IBS passarão a ser destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, com alíquotas de teste de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS, sem efeitos financeiros para os contribuintes. A substituição efetiva dos tributos atuais ocorrerá progressivamente entre 2027 e 2033, período em que o sistema tributário vigente e o novo modelo coexistirão. A Companhia, juntamente com suas controladas, atua em diversos segmentos, incluindo logística, transporte, mobilidade, comercialização de veículos, concessões público-privadas e infraestrutura, cujos modelos operacionais, cadeias de valor e regimes de incidência tributária apresentam características distintas. Em razão dessas especificidades, a implementação da CBS e do IBS poderá gerar efeitos diferenciados, a depender da regulamentação aplicável a cada atividade. Nesse contexto, a Companhia acompanha os desdobramentos legislativos e regulatórios relacionados à Reforma Tributária e vem realizando análises preliminares de cenários e de potenciais impactos futuros em suas operações, processos, sistemas e cadeia de suprimentos, com o apoio de assessores externos especializados. No entanto, considerando que ainda existem regulamentações pendentes, inclusive quanto à definição das alíquotas definitivas dos novos tributos, os efeitos econômicos e operacionais da Reforma somente poderão ser mensurados com maior precisão após a conclusão do processo regulatório. Diante do estágio atual de implementação da Reforma, as análises seguem em andamento e consideram, entre outros fatores, a evolução da regulamentação infralegal, as interpretações de cada segmento de atuação do Grupo Simpar, não havendo efeitos contábeis a reportar nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025. A Administração continuará monitorando a evolução da legislação e da regulamentação aplicável, bem como os potenciais desdobramentos operacionais e financeiros da Reforma, avaliando oportunamente a necessidade de eventuais reconhecimentos ou divulgações adicionais.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.

**2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinadas no caixa e equivalente de caixa, além dos títulos e aplicações financeiras (Nota 2.16) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.21. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Base de consolidação: a) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto:** A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. **c) Investimentos em entidades controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (joint venture). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. **d) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **2.6 Contratos de concessão:** Os contratos de concessão convergem para o reconhecimento de dois tipos de ativos: financeiro e intangível. Ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória com relação a receita total estimada e sua vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa em 31 de dezembro de 2025, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. b) Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo a outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar

irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. A Companhia opta por registrar a variação do valor justo dos seus instrumentos patrimoniais, quando não possui controle, controle compartilhado e influência significativa, em outros resultados abrangentes. c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Os contratos de concessão da Companhia são de longo prazo e sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de *impairment*, a Administração revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.7 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Companhia, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.8 Ativos de frota disponibilizados para venda (Estoque de veículos para venda):** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Companhia renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativos de frota disponibilizados para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.9 Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com o tipo de bem comprado, o valor pago, a data e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A Companhia adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanhando regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas na nota explicativa 9. **d) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram observados indicadores, os quais a Companhia fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.10 Intangível: 2.10.1 Softwares:** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10.2 Concessões:** A controlada CS Mobi possui um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação. O contrato converge a um modelo híbrido, que resulta no reconhecimento de ativos financeiros e intangíveis. Os ativos intangíveis são mensurados através da representatividade da estimativa de receita acessória em relação a receita total estimada e é amortizada ao longo da vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicadores de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados ao final de cada exercício social. Ativos intangíveis com vida indefinida são testados em relação à perda por redução de valor recuperável anualmente. O contrato de concessão é de longo prazo e sujeito a discussões e reequilíbrio financeiro junto ao poder concedente. Em 31 de dezembro de 2025, a amortização destes ativos foi reconhecida como despesa nas demonstrações de resultado. **2.11 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada sobre taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendadora:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é uma arrendadora intermediária, ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (nota 2.8 (d)). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.12 Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato:** A Companhia reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de exigências estabelecidas no edital e são tratados no escopo do CPC 47/IFRS15 - Receita de contrato com Cliente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica "ativos para cumprimento de contratos" no ativo circulante e não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. A Companhia utiliza as principais premissas para avaliar os ativos contratuais: (a) custos atrelados diretamente ao edital ou ao contrato previsto que a entidade pode especificamente identificar, como por exemplo custos relativos a serviços a serem prestados de acordo com a renovação de contrato existente ou custos para projetar o ativo a ser transferido, de acordo com contrato específico; (b) custos que geram ou aumentam os recursos da entidade para cumprimento das obrigações de desempenho no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2025. **2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.14 Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.  
Em Exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15 Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perdas em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observada ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificadas ao custo amortizado, a metodologia de "impairment" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.1.a (ii) é detalhado como a Companhia determina se houve um aumento significativo do risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.17 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e concessão de serviço público. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao: - Custo amortizado: quando os ativos e passivos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e - Valor justo por meio do resultado ("VJR"): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda ("impairment") no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • **Nível 2** - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). **2.18 Recitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes estão descritas abaixo: **2.18.1 Receita de locação:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes estão descritas abaixo: **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** locação de veículos para gestão e terceirização de frota. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente e **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2):** é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.18.2 Receita de venda de ativos desmobilizados:** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda on-line. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.18.3 Receita de contraprestação pecuniária:** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativo:** conforme previsto em contrato de concessão, os poderes concedentes remuneram o concessionário com valores fixos e variáveis, conforme cláusulas específicas, pelas atividades de construção e gestão dos objetos contratuais. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** o contrato de concessão determina valor global a ser pago ao decorrer ao longo do prazo estabelecido da prestação de serviços, atualizado anualmente mediante índices de correção estipulado pelo edital. Há remuneração variável de performance, mediante medição dos serviços prestados mensalmente e aceite do Poder Concedente. **2.18.4 Receita de contratos de concessão e parcerias-público-privadas:** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** pelos termos dos contratos de concessão, a Companhia será responsável por todos os investimentos, melhorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os parâmetros requisitados em contrato. Conforme requerido pelo OCP 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcionem futuras receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível ou do ativo financeiro. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** à medida que o serviço de construção é realizado, a receita é reconhecida a valor justo em relação aos respectivos custos incorridos para a construção. **2.19 Benefícios a empregados:** **2.19.1 Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.19.2 Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.20 Patrimônio líquido:** **2.20.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.21 Uso de estimativas de julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia não possui estimativas que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025. As informações relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 6.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 10; c) Intangível (registro de um contrato de concessão); premissas para determinação da contabilização do reconhecimento do ativo, conforme ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão - nota explicativa 11; d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 19. **2.22 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"). • **Alterações ao IFRS® 9 e IFRS® 17: Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 17 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de comente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas

ao cumprimento de metas ESG); e (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS® 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação de Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados a demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. No que se refere a demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS® 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladas que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS® 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS® 19. • **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: • IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; • IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; • IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e • IAS 7 - "Demonstrações dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS®, IAS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### 3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 3.1 Capital social

O capital social da Companhia, mantido pela controladora CS Holding com 100% das quotas, totalmente subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 667.304, dividido em 667.304.248 quotas, sem valor nominal.

	Valor	Quotas
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>675.714</b>	<b>675.714.248</b>
Aumento de capital	155.075	155.075.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>830.789</b>	<b>830.789.248</b>
Redução de capital decorrente de cisão (nota 1.1.1)	(163.485)	(163.485.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>667.304</b>	<b>667.304.248</b>

**3.2 Reserva de Capital: a) Transações com pagamentos baseados em ações: Plano de ações restritas e matching:** No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores da Companhia de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de matching para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações matching é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Simpar e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários. Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas. As ações restritas e matching outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Qtd. de ações	Preço do exercício	Volatilidade	Tx. de jrs. livre risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício		
VI	2021	19.413	4	R\$ 7,98	9,98	40,25%	9,80%	0,26%	5 anos a	01/05/2025	01/04/2025

i. **Movimentação durante o exercício:** A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Posição em 31 de dezembro de 2023	Quantidade de ações			Preço médio do exercício (R\$)
	Direitos de ações outorgadas	Canceladas	Exercidas	
	539.518	(19.840)	(445.014)	74.664
Transferência de administradores (i)	-	-	(54.248)	(54.248)
Outorgas canceladas	-	(2.044)	-	(2.044)
<b>Posição em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>539.518</b>	<b>(21.884)</b>	<b>(499.262)</b>	<b>18.372</b>
Transferência de administradores (i)	-	-	-	-
Outorgas canceladas	-	-	-	-
<b>Posição em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>539.518</b>	<b>(21.884)</b>	<b>(499.262)</b>	<b>18.372</b>

(i) Conforme reestruturação da Companhia Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes. O saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R\$1.401 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.196 em 31 de dezembro de 2024). **3.3 Reserva de lucros:** Para atender a projetos de investimentos, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei 6404/76. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de lucros era de R\$ 94.428 (R\$51.422 em 31 de dezembro de 2024). **3.3.1 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:** Ao longo de 2025, a Companhia distribuiu R\$ 44.220 a título de juros sobre capital próprio, já líquido de impostos. A controlada Ciclus Amazônia distribuiu R\$ 7.325 a título de dividendos referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo o montante de R\$ 4.029 destinado aos acionistas minoritários. Os valores foram liquidados em 3 parcelas pagas em outubro, novembro e dezembro de 2025. Abaixo estão demonstradas as movimentações dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	Controladora			Consolidado		
	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Total	Juros sobre capital próprio	Dividendos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprios declarados	29.500	-	29.500	29.500	-	29.500
Imposto de renda retido	(4.425)	-	(4.425)	(4.425)	-	(4.425)
Juros sobre capital próprio pagos	(25.075)	-	(25.075)	(25.075)	-	(25.075)
Dividendos declarados	-	99.252	99.252	-	99.252	99.252
Dividendos pagos	-	(99.252)	(99.252)	-	(99.252)	(99.252)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>52.023</b>	<b>-</b>	<b>52.023</b>	<b>52.023</b>	<b>-</b>	<b>52.023</b>
Juros sobre capital próprios declarados	(7.803)	-	(7.803)	(7.803)	-	(7.803)
Imposto de renda retido	-	-	-	-	4.029	4.029
Dividendos declarados	-	-	-	-	(3.851)	(3.851)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>44.220</b>	<b>-</b>	<b>44.220</b>	<b>44.220</b>	<b>178</b>	<b>44.398</b>

**3.4 Ajustes de avaliação patrimonial:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 2.227 (R\$ 914 em 31 de dezembro de 2023). **3.5 Participação de não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o valor de R\$ 51.262 (R\$ 35.130 em 31 de dezembro de 2024) relacionado a participação de não controladores, composto por R\$ 4.236 por 25% de participação na CS Mobi Cuiabá e R\$ 47.026 por 55% de participação na Ciclus Amazônia.

#### 4. EVENTOS SUBSEQUENTES

**4.1 Homologação de acordo e expedição de precatórios referente a recebíveis junto ao Estado do Rio de Janeiro:** Em 23 de janeiro de 2026, foi promulgado o despacho homologatório que ratificou o acordo realizado entre a CS Brasil Transportes e o Estado do Rio de Janeiro referente aos processos judiciais em que eram discutidos os saldos a receber pela CS Brasil Transportes pelos serviços prestados à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em 27 de janeiro de 2026, o processo foi sentenciado à expedição dos precatórios em favor da CS Brasil Transportes e, em 30 de janeiro de 2026, foram expedidos os precatórios nos montantes de R\$ 73.473 e R\$ 85.768, totalizando R\$ 159.421. Os saldos patrimoniais registrados em balanço em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados na nota explicativa 5.1. **4.2 Alienação da Ciclus Amazônia:** Em 17 de abril de 2025, a CS Brasil Transporte comunicou que assinou contrato de compra e venda com a Alvor Participações Ltda. para a alienação do total de sua participação na Ciclus Amazônia, correspondente a R\$ 45%, pelo total de R\$ 121.500. O fechamento da operação está condicionado ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e autorização pelo poder concedente do contrato de concessão.

#### DIRETORIA EXECUTIVA

**João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho**  
Diretor Presidente

**Rodrigo Pinheiro Andrade**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Samir Moises Gilio Ferreira**  
Diretor Executivo Corporativo de Controladoria

#### CONTADOR

**Mauro Roberto de Abreu Junior**  
CRC 1SP-294124/O-8

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e quotistas CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (i) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após o relatório da administração dessa publicação resumida. **Tipo de Opinião** - Sem modificação.



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027083/F-3

Barueri, 28 de abril de 2026

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes  
Contadora - CRC 1SP222241/O

TRANSPARÊNCIA  
TRANSFORMA  
RESULTADOS EM VALOR

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE  
INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

ESTADÃO RI

Publicação simultânea na plataforma  
de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE  
COMERCIAL: (11) 3856-2442



broadcast

ESTADÃO